

UMA HERMENÊUTICA PARA A EDUCAÇÃO NO VIÉS DE COMPETÊNCIAS DEMOCRÁTICAS

Clarice Rosa Machado *

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo debater a função e o sentido da escola no processo formativo dos estudantes na atual conjuntura político-econômica do país. Para isso, será apresentado alguns elementos característicos da contemporaneidade, bem como a importância do ensino de humanidades para desafiar a mente para que ela se torne ativa e cuidadosamente crítica, em um mundo complexo, plural e interconectado, e conseqüentemente, para uma educação democrática. Neste segmento, conduz-se para as competências necessárias para a formação democrática em que se propõem a demonstrar um caminho para promover uma educação de qualidade que propicie uma formação integral do educando através de competências identificadas. O estudo consiste em uma abordagem teórico-conceitual, de caráter filosófico para a interpretação e compreensão da problemática a partir do horizonte da hermenêutica filosófica.

PALAVRAS-CHAVE

Competências. Formação cidadã. Humanidades.

ABSTRACT

This article aims to discuss the role and meaning of the school in the formative process of students in the current political-economic conjuncture of the country. For this, will be presented some characteristic elements of contemporaneity, as well as the importance of the teaching of humanities to challenge the mind so that it becomes active and carefully critical, in a complex, plural and interconnected world, and consequently, for a democratic education. In this segment, it leads to the skills necessary for democratic formation in which they propose to demonstrate a way to promote a quality education that promotes an integral training of the student through identified competencies. The study consists of a theoretical-conceptual approach, philosophical in character for the interpretation and understanding of the problem from the horizon of philosophical hermeneutics.

KEYWORDS

Competence. Citizen formation. Humanities.



1 INTRODUÇÃO

Um dos aspectos do mundo contemporâneo é a facilidade de acesso à informação. Esse aspecto se estabeleceu a partir da globalização, dos avanços tecnológicos e dos meios de comunicação que possibilitam inúmeras formas de conexão a longas distâncias entre as pessoas e a busca de informações que anteriormente não eram possíveis de serem encontrados com uma pesquisa no Google, ou um simples clique. Nessa perspectiva, Gabriel (2018) argumenta que desde a fala, linguagem oral, os seres humanos estão caminhando para uma humanidade cada vez mais conectada. Deste modo, quanto mais se amplia a quantidade de pessoas que estão conectadas as redes e aos computadores, tem-se como resultado, um aumento da interdependência entre a máquina¹ e o sujeito. Diante desse

* Licenciada em Filosofia (2018) e Mestrado em Ensino de Humanidades e Linguagens (2021) pela Universidade Franciscana com Bolsa PROSUC/CAPES. É especialista em Coordenação Pedagógica e em Metodologia do Ensino de Filosofia e Sociologia pela União Brasileira de Faculdades (2021). Doutoranda em Filosofia pela Universidade Federal de Santa Maria.

1 Quando se fala em máquina, se está fazendo alusão ao celular, computador, *tablet*, todos esses meios que permitem estar conectado.

cenário, surge como desafio pensar uma maneira de utilizar a tecnologia sem prejudicar o futuro da humanidade e violar a integridade do ser humano e da natureza (Santos, 2009).

Apesar desses eventos fortalecerem o setor econômico do país, do acesso rápido a informação, e as descobertas na área da saúde proporcionado por esses avanços tecnológicos, surgem como contraponto, a escassez de valores humanos que sustentavam a boa convivência. A massa do conhecimento acumulado como informação que se transformou em um dos mecanismos contemporâneos da desordem e do caos mais poderosos (Almeida; Gomes; Bracht, 2009) da sociedade e da educação.

Neste sentido, cada vez mais tem-se tornado emergente pensar o futuro da humanidade com relação a esses valores, tais como a solidariedade, a empatia, o respeito, os sentimentos, as emoções, a própria alma, o sentido da vida, que estão ficando em um segundo plano ou sendo esquecidos (Nussbaum, 2015). A emergência de pensar sobre esses valores e o futuro da humanidade está associado às desigualdades sociais em que a sociedade se encontra imersa, as quais o próprio processo de desenvolvimento tecnológico tem grande responsabilidade.

Inseridos em um mundo tecnológico, no qual os seres humanos estão se tornando alienados, robotizados e insensíveis, e a própria educação está sendo ofertada na modalidade à distância, os sujeitos estão desaprendendo que é no convívio com outros seres humanos que a essência da vida humana se constitui. E, ainda, que só se consegue educar dentro de um contexto de socialização e interação (Morin, 2003), mas, do modo como as tecnologias estão sendo utilizadas, essa interação e socialização está deixando de acontecer.

Deste modo, tem-se como objetivo refletir sobre a função e o sentido da educação escolar sob o contexto de um mundo com problemas cada vez mais complexo que exige um ensino que ofereça as pessoas a capacidade de interpretar o mundo ao seu redor. Por essa razão, será abordado a importância das humanidades para a formação integral do educando e para conectar os saberes que se encontram e são ensinados de forma fragmentada, bem como identificar as competências necessárias para a formação democrática. Neste sentido, procura-se explicitar a seguinte pergunta: qual a função e o sentido da educação escolar no contexto do mundo contemporâneo sob a análise da hermenêutica filosófica?

O estudo consiste em uma abordagem teórico-conceitual, de caráter filosófico, cuja fundamentação para a reflexão encontra-se, em *A Cabeça bem-feita* (MORIN, 2003), *Sem fins lucrativos* (Nussbaum, 2015), *A Educação escolar em um mundo complexo e multicultural* (Martinazzo; Barbosa; Dresch, 2016), e outras obras que amparam a interpretação e compreensão da problemática a partir do horizonte da hermenêutica filosófica.

2 O ENSINO DE HUMANIDADES E SUA RELAÇÃO COM A DEMOCRACIA

A eliminação das humanidades dos currículos escolares está associada as modificações de práticas adequadas a geração de lucro, causadas pelas competições no mercado global. Nussbaum (2015, p. 21) defende que uma educação voltada para o lucro gera um “[...] conjunto de trabalhadores obedientes tecnicamente treinados para executar os projetos de elites que visam o investimento externo e o desenvolvimento tecnológico [...]”. Uma educação constituída com essa visão esquece todas as humanidades, o outro, gerando sujeitos egoístas, individualistas e cheios de preconceitos. Além disso, as pessoas têm a falsa crença de que o desenvolvimento econômico trará coisas boas, como, por exemplo, conquistas na área da saúde, segurança e educação (Nussbaum, 2015).

O modelo de educação para a democracia, considera as necessidades de os estudantes cursarem disciplinas humanísticas desde os anos iniciais para o desenvolvimento de um aprendizado ativo com o compromisso do raciocínio crítico e da argumentação. Este modelo de educação auxilia no sentimento de empatia e de respeito por cada pessoa como sujeitos que possuem uma dignidade humana inalienável que precisa ser respeitada pelas leis e pelas instituições (Nussbaum, 2015). A visão humanística da educação, voltada para uma formação integral do estudante, valorizava o conhecimento, as competências, a realização pessoal, a criatividade e a coesão social.

O espírito das humanidades busca o raciocínio crítico, as ideias ousadas, a compreensão empática das diferentes experiências humanas e da compreensão da complexidade do mundo em

que vivemos (Nussbaum, 2015, p. 9). Além disso, todas essas capacidades são importantes para o futuro da democracia, pois que os estudantes se tornem cidadãos íntegros, autônomos e empáticos, e, portanto, capazes de entender o sofrimento e as realizações dos outros.

Nussbaum defende que a “[...] educação não significa apenas assimilar passivamente as tradições culturais, mas desafiar a mente para que, em um mundo complexo, ela se torne ativa, competente e cuidadosamente crítica” (2015, p. 18). Não obstante, não se tem como finalidade, a exclusão ou a prioridade de um modelo ou do outro, mas apresentar, em linhas gerais, o enfoque dado em cada uma com suas respectivas importâncias.

Nussbaum (2015) chama a atenção para a importância de uma educação comprometida com a ideia do desenvolvimento de capacidades que são essenciais para a democracia. A filósofa defende ser possível o exercício dessas capacidades necessárias para a democracia a partir de uma valorização das artes e das humanidades nos currículos escolares, algo que poderia ser realizado, por excelência, pela disciplina de Filosofia. Em consonância com Nussbaum, Zanella (2019), corrobora que as humanidades são necessárias para pensar criticamente, superar as dificuldades locais, entender os problemas globais e compreender de forma empática a situação de outras pessoas.

Dalbosco (2015) argumenta que há uma precarização da formação cultural e que por isso, há uma preocupação em formar o ser humano em sua totalidade e impulsionar o desenvolvimento de todas as capacidades sem excluir nenhuma delas, para a construção de uma cidadania responsável do educando e sua capacidade de viver em um mundo complexo, plural e interconectado. Nessa perspectiva, [...] considera-se que as escolas tenham um papel central a desempenhar na formação de cidadãos democráticos e na criação de uma cultura democrática (Biesta, 2013, p. 157).

Assim, é preciso construir um currículo voltado a humanidade, que tenha como enfoque a formação humana e parar com a disputa de metodologias e conteúdos presentes nas escolas. Ao dar ênfase na formação humana do aluno, torna-se necessário refletir e questionar, por exemplo, como conduzir os problemas dos alunos a partir dos conteúdos das disciplinas para que faça sentido o aprendizado.

Entretanto, na atual conjuntura político-econômica do país, consta a ameaça constante da retirada da obrigatoriedade das disciplinas humanísticas, de modo especial, a Filosofia e a Sociologia dos currículos escolares. A obrigatoriedade do ensino de Filosofia no Ensino Médio no Brasil é um assunto que vem sendo debatido e causando muitas inquietações desde a Lei nº 4.024/61, na qual a Filosofia deixa de ser obrigatória e a Lei nº 5.692/71 em que ela é excluída do currículo escolar. “As questões começam a surgir a partir da LDB de 1996 (Lei nº 9.394/96, artigo 36) onde é decretado que no final do Ensino Médio o estudante deve dominar os conteúdos de Filosofia e Sociologia para o exercício da cidadania” (Machado; Gonçalves, 2017, p. 3).

Mesmo depois da LDB de 1996, ainda se encontra nas escolas professores que não possuem formação em Filosofia, mas que lecionam a disciplina. Em fevereiro de 2017, com a aprovação da reforma do Ensino Médio, Lei nº 13.415, a Filosofia deixa de ser obrigatória e passa à categoria de “estudos e práticas”. No ano de 2018, com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), a obrigatoriedade da disciplina de Filosofia voltou aos debates, pois perdeu o caráter de uma disciplina autônoma e passou a integrar a área das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas (BRASIL, 2018). Com todas essas alterações causadas pela atual conjuntura contemporânea, há a emergência de pensar as humanidades como essencial para a construção ou manutenção de uma sociedade justa, inclusiva e democrática.

Esses casos mostram que a Filosofia permanece, em grande medida, sendo considerada como supérflua. Isso acontece porque não se tem compreensão da complexidade do papel da Filosofia para a sociedade e para o próprio humano, enquanto um exercício crítico e reflexivo sobre a educação, o sentido da existência do humano, o mundo e a relação do humano com o mundo, ou seja, um modo de pensar a realidade e temas fundamentais da experiência humana. Na contribuição no desenvolvimento de pessoas livres com capacidade de julgar por si mesmo, a confrontar argumentações diversas, a respeitar a palavra dos outros (Sofiste, 2007).

Nesse contexto de crise, a inclusão da disciplina de Filosofia no currículo escolar ajuda a recuperar a dimensão humana que estava se perdendo com tanto tecnicismo. Colaborando com as

demais disciplinas do currículo na formação do jovem, refletindo sobre os valores que orientam suas ações, além de ser uma proposta de educação que promove a mediação entre o ser, o conhecer e o mundo. Nesse sentido, a Filosofia exerce atividade de reflexão sobre o conhecimento, o agir humano e às condições de existência do ser humano no âmbito individual e coletivo, despertando no jovem o interesse de investigar, analisar e entender melhor sua realidade de maneira crítica.

Tornou-se urgente resgatar ou reconfigurar um ensino, que antes do avanço das ciências e da tecnologia, permitia lidar com questões humanas, pensando nas dimensões do agir humano. Retomar o debate sobre a solidariedade, empatia, o sentido da vida, a relação entre os saberes que auxilie na recuperação de habilidades emancipatórias abrirá espaços intelectuais e sociais para a reflexão crítica e intervenção social. Nussbaum (2015) argumenta que a finalidade do ensino é levar o aluno a pensar criticamente, criando um ambiente de aprendizado em que se priorize a autocrítica e a independência intelectual em detrimento da transposição de conteúdo. Por isso, de acordo com Morin,

[...] devemos, pois pensar o problema do ensino, considerando, por um lado, os efeitos cada vez mais graves da compartimentação dos saberes e da incapacidade de articulá-los, uns aos outros; por outro lado, considerando que a aptidão para contextualizar e integrar é uma qualidade fundamental da mente humana, que precisa ser desenvolvida, e não atrofiada (2003, p. 16).

A atribuição das humanidades no direcionamento dos saberes é fundamental para evitar que estes produzam a desumanização. O papel da humanidade é interdisciplinar, estabelecer um diálogo entre todas as áreas do conhecimento, questionando suas consequências, pôr em condição de lidar com as incertezas, com o surgimento do inesperado. A história humana é uma aventura no desconhecido, e então, a incerteza é parte do processo da evolução humana. É necessário compreender que quando uma determinada atitude ou ação é desencadeada, o desejo e a intenção de quem as provocou sofrem influências. E por isso é importante que os sujeitos tenham consciência de que as decisões futuras devem considerar a possibilidade de erro e, tendo isso em mente, estabelecer estratégias para corrigir o processo (Morin, 2003).

E, nesse caso, a função da educação é maximizar as potencialidades individuais dos estudantes com o fim de capacitá-los para a vida. Para além disso, as humanidades são importantes para que os sujeitos sejam capazes de elaborar uma resposta clara aos problemas do pluralismo, da ansiedade e da desconfiança que a sociedade enfrenta.

As práticas educativas no atual sistema de educação não proporcionam a constituição das disposições mentais necessárias para a compreensão, contextualização e globalização dos conhecimentos, no entanto são exatamente essas as competências necessárias para o cidadão do mundo planetário e que, portanto, a escola necessita potencializar em sua prática educativa (Martinazzo, 2016, p. 61).

As ideias e os pensamentos gerados pelo modo como os seres humanos compreendem a realidade que orientam o agir no e sobre o mundo. Essa reforma no ensino a partir dos princípios da complexidade (Morin, 2003) promove a religação dos saberes, dos conhecimentos, e conseqüentemente, a contextualização e o alargamento da compreensão da realidade.

Nussbaum (2015) defende a tese de que o ensino de humanidades (Artes, Filosofia, Sociologia, Antropologia etc.) é, não apenas desejável, mas necessário, visto que ele contribui para o ensino de valores essenciais para a manutenção da democracia. Segundo a autora, dentro desse quadro de pluralidade de visões de mundo, para que a ideia de uma sociedade estruturada sobre valores democráticos se realize e se aperfeiçoe, é necessário que os cidadãos desenvolvam valores condizentes com esses princípios, uma vez que é na democracia que os sujeitos conseguem ser e se fazer com plenitude. Infere-se daí, que as humanidades sustentam à democracia.

A educação para viver em uma democracia pluralista, multicultural, complexa e interconectada, precisa formar cidadãos com capacidade de se perceberem como membros pertencentes de uma nação heterogênea e a independência de pensamento. Perceber o outro como um ser humano completo, provido das mesmas capacidades que eu. Diante do exposto, parte-se, de imediato, para a análise das competências necessárias para uma formação democrática.

3 COMPETÊNCIAS NECESSÁRIAS PARA A FORMAÇÃO DEMOCRÁTICA

A partir das mudanças do mundo contemporâneo por meio do desenvolvimento dos meios de comunicação e das tecnologias, o conhecimento passou a ser considerado o novo capital para o desenvolvimento social e econômico (Angeloni, 2010; Gabriel, 2018; Thompson, 1998). Esse desenvolvimento das tecnologias e dos meios de comunicação modificam as relações entre as pessoas, e isso implica uma construção de novas formas de agir e interagir com a informação, com os outros e com o mundo social (Thompson, 1998). Diante disso, a educação precisa se adaptar a esse ritmo e formar cidadãos que estejam preparados para esse mundo novo.

A introdução das competências na escola pode representar uma contribuição para a melhoria do ensino, haja vista que a educação está imersa em um contexto de reformas curriculares, e vive atualmente várias rupturas, uma delas é a “passagem da pedagogia por objetivos à lógica de competências” (Jonnaert; Ettayebi; Defise, 2010, p. 67). E com todas as mudanças da sociedade, Dalbosco (2015, p. 129) ressalta que “a educação mais adequada às novas gerações, no sentido de prepará-las ao bem viver em sociedades plurais”, diversificadas, e em um mundo complexo, é “baseada nos ideais da cidadania democrática”.

A reforma do ensino e o atual debate sobre a escola levam a questões teóricas de fundo, notadamente sobre a natureza e a gênese da capacidade do ser humano de enfrentar situações inéditas, para dar-lhes um significado e para agir com discernimento (Perrenoud, 1999, p. 16).

Dada a necessidade de que os cidadãos de sociedades democráticas se tornem capazes de buscar o bem da sociedade como um todo, enfrentar diferentes situações e, mais ainda, com a constatação de que isso somente será alcançado via o desenvolvimento de certas capacidades sociais e cidadãs.

Assim, pode-se dizer que os valores que devem ser ensinados, são o desenvolvimento de algumas capacidades dos educandos que propiciam uma formação integral. O enfoque nas capacidades pode ser visto, provisoriamente, como uma aproximação para a evolução integral da qualidade de vida em uma nação, sugerindo um modelo para o desenvolvimento humano. Elas são habilidades que existem no interior de cada pessoa e que tornam possível o seu desenvolvimento e formação (Nussbaum, 2012).

No livro *Sem Fins Lucrativos* (2015, p. 26), Nussbaum apresenta sete capacidades como decisivas para uma “democracia humana e sensível ao povo”. As primeiras competências expostas pela autora é a de raciocinar, argumentar, refletir que perpassam todas as outras. Segundo a autora, essas capacidades são importantes para que os sujeitos não sejam submetidos à tradição nem à autoridade sem que possam debater e argumentar, sendo essas, condições para uma democracia. Entre essas capacidades primordiais, habilidade de raciocinar consiste em manipular as informações que estão disponíveis, aquilo que se sabe ou que se supõe ser verdadeiro.

Essas capacidades de raciocinar, examinar, refletir, argumentar e debater estão previstas nas competências gerais e específicas da área das Linguagens, Humanas e da Matemática, na BNCC (BRASIL, 2018). Na *competência geral 2*: que defende o exercício da curiosidade intelectual, recorrendo à reflexão, à análise crítica para investigar causas, elaborar e testar hipóteses, formular e resolver problemas com base em diferentes áreas. Na *competência geral 4*, que enfatiza o uso de diferentes linguagens para expressar e partilhar informações, ideias para produzir entendimento mútuo, e, na *competência geral 7*, em que se deve desenvolver no estudante do Ensino Médio a capacidade de argumentar com base em fatos, informações confiáveis, para defender ideias que respeitem os direitos humanos e a consciência socioambiental.

A relevância dessas competências é reafirmada quando a BNCC (BRASIL, 2018) traz como competência específica de Ciências Humanas a análise de processos políticos do âmbito local ao mundial em diferentes tempos, a partir de alguns procedimentos, um modo de compreender e se posicionar criticamente com relação a esses processos. A formação de territórios e fronteiras que dependem da compreensão desses processos políticos à luz de noções de desigualdades e igualdade, exclusão e inclusão entre outras. Essas análises necessitam da aquisição de competências reflexivas sobre as implicações desses processos no campo econômico, cultural e social. Nussbaum afirma que “a capacidade de raciocinar e refletir criticamente é crucial para manter as democracias vivas e bem vigilantes” (2015, p. 11).

Assim, o educando ampliará a sua participação social ao dispor desses entendimentos, a posicionar-se criticamente diante das inúmeras visões de mundo e os respectivos contextos. Será capaz de explicar e interpretar de forma crítica a realidade, debatendo questões de interesse social, analisando os argumentos e opiniões manifestadas para sustentar as posições que estão sendo defendidas e conseqüentemente, a formular propostas e tomar decisões democráticas amparadas em uma argumentação consistente. As argumentações serão baseadas em uma sistematização de dados e hipóteses e conjecturas elaboradas a partir da integração dos conhecimentos das diferentes áreas e conceitos.

Dentre essas competências, e outras que podem ser encontradas na própria BNCC, acredita-se que é relevante, se aventurar na busca de competências lógicas, haja vista que algumas das primeiras competências expostas por Nussbaum (2015) os quais são: o raciocínio, a argumentação e a reflexão, são assuntos dos quais a lógica se ocupa.

A BNCC (BRASIL, 2018) defende que o estímulo ao pensamento lógico e crítico através do desenvolvimento da capacidade de argumentar aumenta a possibilidade de compreensão da realidade, do mundo, dos seres humanos e dos próprios estudantes. Não se tem a pretensão de explorar, exaustivamente, todos os atributos da lógica presentes na BNCC, mas dentro do universo de possibilidades e com base nas pesquisas que estão em andamento, propõe-se, para este momento, dissertar sobre uma das competências lógicas que se mostraram cruciais para qualquer competência, a qual é denominada coerência.

Provavelmente, já se ouviu, leu ou mesmo se falou coisas como ‘este texto é incoerente’, ‘está faltando coerência nas ideias’, principalmente se você for aluno. Esses comentários são encontrados, de modo significativo, em questões de raciocínio lógico, na passagem de um texto a outro ou entre o texto e a realidade da coisa ou objeto de conhecimento.

Para algo ser considerado coerente é necessário que seja “possível estabelecer uma continuidade ou unidade de sentido” (Koch; Travaglia, 2009, p. 15). Além disso, para compreender o sentido daquilo que se fala, escreve ou lê, ou seja, é relevante que aqueles que participam da ação (produtor e o receptor) compartilhem do conhecimento de mundo para conseguirem estabelecer as relações através das inferências². Um exemplo da importância dessa partilha do conhecimento de mundo, ocorre, por exemplo, quando alguém escreve um texto muito técnico de uma determinada área de conhecimento, e este texto é lido por um leigo que conhece pouco ou nada desta área. Isso, expressa que o receptor, no caso, o leigo, não apreenderia o sentido que o produtor transmitiu no texto.

Mas de fato, o que é coerência? O que significa este termo? É possível definir através de um conceito? Koch e Travaglia (2009) afirmam que é muito difícil encontrar uma definição para o termo por meio de um conceito, e que por esse motivo, quando ele é estudado, os autores que apresentam traços característicos que permitem perceber o que coerência significa.

[...] a coerência está diretamente ligada à possibilidade de estabelecer um sentido para o texto, ou seja, ela é o que faz com que o texto faça sentido para os usuários, devendo, portanto, ser entendida como um princípio de interpretabilidade, ligada à inteligibilidade do texto numa situação de comunicação e à capacidade que o receptor tem para calcular o sentido deste texto (Koch; Travaglia, 2009, p. 21).

Dessa maneira, para haver coerência é necessário que tenha uma conexão conceitual entre as expressões selecionadas para construir um sentido no texto ou argumento. A relação que pode ser estabelecida entre os conteúdos (semântica), entre as ações que são realizadas ao falar³ (pragmática), ou de ambas.

Para Beaugrande e Dressler (1981) “a base da coerência é a continuidade de sentidos entre os conhecimentos ativados pelas expressões do texto” (apud Fávero, 2009, p. 61). No que diz respeito a continuidade, ela que “estabelece a coesão conceitual cognitiva entre os elementos do texto através de processos cognitivos que operam” entre o produtor e o receptor (KOCH; TRAVAGLIA, 2009, p. 26). Esses processos cognitivos podem não só ser lógicos como também depender de fatos sociais, culturais e interpessoais, considerando que sobre aquilo que se fala no texto (seja ele oral ou escrito),

2 O raciocínio ou inferência, são um encadeamento de juízos que permite extrair uma conclusão e conseqüentemente obter uma nova informação que não está explícita.

3 Exemplos: jurar, ameaçar, ordenar, pedir, prometer, avisar, advertir entre outros atos de fala.

incorpora conhecimentos e experiências, atitudes e influências na situação da fala/escrita e intenções comunicativas dos participantes, a regras sociais que ordenam o relacionamento entre as pessoas ocupando determinados lugares sociais (Koch; Travaglia, 2009).

Pode-se dizer que a coerência está relacionada com os recursos que garantem à escrita maior inteligibilidade e organização argumentativa. A partir disso, será apresentado um quadro com os tipos de coerências que visam a garantir a inteligibilidade, a organização e a não contradição de ideias e argumentos.

Quadro 1- Tipos de coerência

Semântica	Sintática	Temática	Estilística	Pragmática	Genérica
Relação entre os significados dos elementos das frases, isto é desenvolvimento lógico das ideias.	Se ocupa da estrutura da oração, para que os elementos estejam dispostos na ordem correta.	Todos os enunciados presentes no texto precisam ser relevantes e conectados com o tema.	Emprego da mesma variedade linguística adotada em um texto do início ao fim.	O uso da linguagem deve satisfazer as condições presentes em uma dada situação, contexto comunicativo.	Escolha correta do gênero textual, que precisa estar em harmonia com o enunciado.

Fonte: autor, 2020.

Esta divisão visa a chamar a atenção para os diferentes aspectos da coerência, todavia, é preciso ter em mente que a coerência é resultante de todos esses e de sua influência no sentido de um texto, uma vez que ela é considerada um princípio de interpretabilidade do mesmo (Koch; Travaglia, 2009).

Portanto, para que algo seja considerado coerente ele precisa apresentar uma sequência lógica de modo que não haja espaço para contradições e o contexto em que as expressões e conceitos são utilizados para representar os atos de fala. E, ela se estabelece na interlocução, na interação entre os sujeitos em uma dada situação comunicativa. A finalidade de dissertar acerca de coerência, tem em vista a importância desta para a compreensão e interpretação da realidade do mundo e para a comunicação entre os sujeitos e sua contribuição para a construção de enunciados cuja significação seja aceitável.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Cabe à escola encontrar alternativas para dar conta do crescente aumento da diversidade cultural do seu público e da complexidade do mundo para evitar a promoção da exclusão escolar e acentuar as desigualdades sociais. Nessa perspectiva a educação escolar precisa gerar um autoconhecimento de quem é o humano e para que está no mundo, gerando uma consciência da condição humana. Formar sujeitos que tenham a competência de resolver problemas com uma percepção da complexidade do mundo com decisões conscientes e esclarecidas.

Para cumprir a função no processo formativo dos estudantes na atual conjuntura político-econômica do país, a escola deve ser organizada e estruturada apoiada em princípios que possibilitem compreender a realidade do mundo complexo e dar conta dos problemas de uma sociedade plural e interconectada da qual ela faz parte. Assim, para que os estudantes consigam atingir o progresso em suas atividades diárias é necessário que eles tenham uma educação capaz de desenvolver o pensamento crítico, a consciência, o compromisso político e social, o sentimento de empatia pelos outros independentemente de suas diferenças e localização e o raciocínio lógico.

Nesse viés, é necessário superar a ênfase no conhecimento fragmentado e de pensamento simplificador e adotar um modelo que considere a complexidade do mundo, possibilite uma compreensão mais abrangente da realidade e que contemple a religação dos saberes. Para tanto, ainda há um longo caminho a ser percorrido.

Portanto, o ensino baseado em competências configura-se como uma oportunidade para que a educação redescubra sua potencialidade de formar cidadãos autônomos, capazes de compreender o mundo social e natural no qual vivem e de participar na transformação da sociedade de forma

crítica, criativa e solidária. As competências tornarão os alunos capazes de analisar criticamente o que é produzido e divulgado nos meios de comunicação, muitas vezes dada por generalizações equivocadas, relacionando o exercício da crítica com a promoção integral da cidadania e com o respeito à pessoa, como fins em si mesmos.

Logo, ao apresentar a coerência como uma competência lógica, pretendeu-se deixar claro o cuidado que se precisa ter ao utilizar determinados conceitos, para evitar interpretações errôneas e equivocadas e frases ambíguas. Para haver coerência é preciso estabelecer alguma relação entre os elementos para a apreensão do sentido do texto, da argumentação e do discurso.

Não se trata de oferecer receitas, mas de incorporar novos princípios de racionalidade, apostando no processo reflexivo, crítico, emancipador e argumentativo da razão, e, portanto, pertinente para os tempos contemporâneos.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Felipe Quintão; GOMES, Ivan Marcelo; BRACHT, Valter. **Bauman & a Educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

ANGELONI, Maria Terezinha. **Comunicação nas organizações na era do conhecimento**. São Paulo: Atlas, 2010.

BIESTA, Gert. **Para além da aprendizagem: Educação democrática para um futuro humano**. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

BRASIL. **Lei nº 4.024, de dezembro de 1961**. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: http://planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4024.htm: acesso em: 16 jan. 2020.

BRASIL. **Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971**. Fixa as Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5692.htm: acesso em: 16 jan. 2020.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm: acesso em: 16 jan. 2020.

BRASIL. **Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017**. Altera as Leis nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e o Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967; revoga a Lei nº 11.161, de 5 de agosto de 2005; e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Lei/L13415.htm. Acesso em: 16 jan. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica. **Base nacional comum curricular: educação é a base: Ensino Médio**. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=85121-bncc-ensino-medio&category_slug=abril-2018-pdf&Itemid=30192: acesso em: 27 dez. 2019.

DALBOSCO, Cláudio Almir. Educação superior e os desafios da formação para a cidadania democrática. **Revista Avaliação**, São Paulo, v. 20, p. 123-142, 2015.

FÁVERO, Leonor Lopes. **Coessão e coerência textuais**. 11. ed. São Paulo: Ática, 2009.

GABRIEL, Martha. **Você, eu e os robôs: pequeno manual do mundo digital**. São Paulo: Atlas, 2018.

JONNAERT, Philippe; ETTAYEBI, Moussadak; DEFISE, Rosette. **Currículo e competências**. Porto Alegre: Artmed, 2010.

KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça; TRAVAGLIA, Luiz Carlos. **A coerência textual**. 17. ed. São Paulo: Contexto, 2009.

MACHADO, Clarice Rosa; GONÇALVES, Rita Cassia Sant'anna de Athayde. O Ensino de Filosofia e a Lógica no Ensino Médio. In: Seminário Internacional em Letras, 16; Seminário Internacional de Ensino em Humanidades e Linguagens, 1; Seminário Interdisciplinar PIBID/UNIFRA, 8, 2017, Santa Maria. *Anais [...]*. Santa Maria: Universidade Franciscana, 2017. v. 6. Disponível em: <https://www.ufn.edu.br/eventos/maiseventos/Edicaoatual.aspx?qt=7042>: acesso em: 29 dez. 2019.

MARTINAZZO, Celso José; BARBOSA, Manuel Gonçalves; DRESCH, Oberson Isac. **A educação escolar em um mundo complexo e multicultural**. Ijuí: Unijuí, 2016.

MARTINAZZO, Celso José. A Filosofia e a Filosofia da Educação em Elo Recursivo. In: MARTINAZZO, Celso José; BARBOSA, Manuel Gonçalves; DRESCH, Oberson Isac. **A educação escolar em um mundo complexo e multicultural**. Ijuí: Unijuí, p. 45-66, 2016.

MORIN, Edgar. **A cabeça bem-feita**. 8. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

MORIN, Edgar. **Ensinar a viver**: manifesto para mudar a educação. Porto Alegre: Sulina, 2015.

NUSSBAUM, Martha Craven. **Crear capacidades**: propuesta para el desarrollo humano. Barcelona: Paidós, 2012.

NUSSBAUM, Martha Craven. **Sem fins lucrativos**: por que a democracia precisa das humanidades. São Paulo: Martins Fontes, 2015.

PERRENOUD, Philippe. **Construir as competências desde a escola**. Porto Alegre: Artmed, 1999.

SANTOS, Robinson. O problema da técnica e a crítica à tradição na ética de Hans Jonas. **Revista Dissertatio**, Pelotas, v. 30, p. 269-291, 2009.

SOFISTE, Juarez Gomes. **Sócrates e o ensino da Filosofia**: Investigação Dialógica: uma pedagogia para a docência de filosofia. Petrópolis: Vozes, 2007.

THOMPSON, John Brookshire. **A mídia e a modernidade**: uma teoria social da mídia. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

ZANELLA, Diego Carlos. Democracia y humanidades: ¿una relación de dependência? In: GIUSTI, Miguel. **El conflicto de las facultades**: sobre la universidad y el sentido de las humanidades. Barcelona: Anthropos, p. 340-347, 2019.

